

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM SEGUNDO TURNO

PROJETO DE LEI N° 42/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Orçamento e Finanças o Projeto de Lei N° 42/2017 de autoria da Vereadora Marilda Portela que "Dispõe sobre as diretrizes básicas da alimentação escolar do Município de Belo Horizonte e institui o Programa Municipal de Alimentação Escolar - PMAE e dá outras providências".

O projeto foi analisado na Comissão de Legislação e Justiça onde emitiram parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Tramitou pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo onde recebeu parecer pela rejeição. Seguindo sua regular tramitação pela Comissão de Administração Pública onde houve perda de prazo. Em seguida foi encaminhado para a comissão de Orçamento e Finanças Públicas onde recebeu parecer pela aprovação. Foi a Plenário e obteve aprovação em primeiro turno, agora em segundo turno foi encaminhado para essa comissão de Orçamento e Finanças, fui designado relator e nessa condição posso emitir o parecer sobre o substitutivo emenda n° 1, nos termos regimentais.

Consoante despacho de recebimento exarado pela Exma. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, III, "b" e "c", do Regimento Interno, sobre:

b) repercussão financeira das proposições;

c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto têm como objetivo instituir o Programa de Alimentação Escolar - PMAE -, e também dispõe sobre as diretrizes no atendimento dos alunos da educação básica de rede Pública municipal e da rede parceira no Município de Belo Horizonte.

Foi apresentado um substitutivo emenda da própria autora do projeto a fim de melhorar o original. Em primeiro turno, como relator deste projeto, baixei o mesmo em diligência ao Poder Executivo com o intuito de saber se há recurso para suprir o que o projeto propõe, em resposta foi informado que há recursos disponíveis para a finalidade proposta no projeto e que a implantação do programa pode gerar o acréscimo de recursos, mas se trata apenas de uma possibilidade, uma vez que os recursos já existentes podem suprir o que é pedido no projeto de lei.

No que se refere ao substitutivo emenda apresentado, foram modificados em relação ao projeto original conceitos e alguns pontos para melhoramento da proposta, mas nada que gere despesas que já não estivessem previstas.

No tocante à compatibilidade do presente projeto de lei com o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e plano diretor não há impedimentos, uma vez que há previsão de recursos para essa finalidade.




Diante do exposto, não vislumbro óbices à aprovação do projeto de Lei na Comissão de Orçamento e Finanças.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei N° 42/2017.

Belo Horizonte, 6 de junho de 2019.



PEDRÃO DO DEPÓSITO
LÍDER PPS

PARECER ANALISADO
Em _____

DIVAPC



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 682/2018

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei nº 682/2018, de autoria do Vereador Catatau, que *"Institui obrigatoriedade e dispõe sobre a contratação de seguro-garantia em todos os contratos da exploração minerária na modalidade segurado setor público no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.*

Despacho de recebimento datado de 14/12/2018.

Regularmente distribuído à **Comissão de Legislação e Justiça**, na pessoa do Relator, Vereador Gabriel Azevedo em 11/02/2019, teve parecer pugnando por sua **Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade** aprovado em reunião datada de 12/03/2019.

Prosseguindo em sua tramitação, foi regularmente distribuído à **Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana**, na pessoa do Relator, Vereador Juliano Lopes, em 22/04/2019, cujo parecer não foi analisado por perda de prazo.

Prosseguindo em sua tramitação, foi regularmente distribuído à **Comissão de Administração Pública**, na pessoa do Relator, Vereador Juninho Los Hermanos, em 25/04/2019, cujo parecer não foi analisado por perda de prazo.

Por derradeiro, recebi o presente Projeto de Lei, em 07/10/2015, na qualidade de seu Relator, para exarar parecer da **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**, nos termos do Art. 52, III, alínea "f" e "g" do Regimento Interno desta casa legislativa.

Eis o necessário relato.

CHBH DIRLEG-06/Jun/19-17:56:13-005337-1



1. FUNDAMENTAÇÃO

Trata a espécie de Projeto de Lei 682/2018, de autoria do Vereador Catatau, que, em sua justificativa asseverou:

"(...) Assim, uma vez tomada lei, esta proposição exigirá daquele que se interessa em explorar o subsolo belorizontino, além de todas as providências técnicas, cuide da prevenção por meio securitário, se algo não acontecer dentro das previsões e houver interrupção indesejada dos negócios e afins. (...)

É dever desta comissão exarar parecer sobre o projeto de lei em comento, neste caso, **com estrita observância do disposto no Art. 52, III, F e G do Regimento Interno** desta casa legislativa, o qual pedimos *vênia* para transcrever:

Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:

(...)

III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:

- a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais;
- b) repercussão financeira das proposições;
- c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- d) fiscalização da aplicação dos recursos públicos e acompanhamento do cumprimento do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;
- e) normas pertinentes ao direito tributário municipal;
- f) **matéria financeira em geral e contratação e fiscalização da dívida pública;**
- g) **atuação do poder público na atividade econômica;**
- h) tomada de contas do prefeito e da Mesa;

Não obstante ser louvável a iniciativa do ilustre vereador que busca aprimorar a relação entre empresas do setor da mineração e a capital mineira, visando, sobretudo, garantias materiais ao município em caso de danos ambientais, não comungará com a prudência, sempre apresentada por este Vereador, a elaboração de parecer sem prévia oitiva dos órgãos diretamente interessados no presente Projeto de Lei.



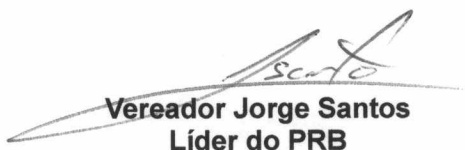
2. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, para efeito de nos possibilitar um maior entendimento acerca do **Projeto de Lei 682/2018**, e, consequentemente, nos permitir a elaboração de um parecer com maior fundamentação, que seja o mesmo **baixado em diligência** à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**, nos termos do art. 86, inciso II do Regimento Interno, para que, promovendo o encaminhamento ao órgão mais adequado, manifestem acerca dos seguintes tópicos:

1. Dentre as exigências para a concessão das licenças necessárias à exploração minerária em Belo Horizonte, há alguma previsão municipal quanto ao seguro-garantia ou outra modalidade de garantia que vise resguardar o município?
2. Quais os impactos da eventual aprovação e posterior sanção do presente Projeto de Lei, no que tange aos empreendimentos em execução, tendo em vista o disposto em seu art. 35?

Com a observância das formalidades de praxe e homenagens deste Vereador, reiteram-se nossos votos de estima.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2019


Vereador Jorge Santos
Líder do PRB



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 703/2019

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei nº 703/2019, de autoria do ilustre Vereador Jair di Gregório, que *“altera a Lei nº 10.106, de 21 de fevereiro de 2011, Dispõe sobre a criação do auxílio de Transporte Escolar para estudantes do Município.”*

Despacho de recebimento datado de 26/02/2019.

Regularmente distribuído à **Comissão de Legislação e Justiça**, na pessoa do Relator, Vereador Irlan Melo, em 07/03/2019, teve perda de prazo após a falta de quórum da 6ª Reunião Ordinária.

Prosseguindo em sua tramitação, foi regularmente distribuído à **Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo**, na pessoa do Relator, Vereador Cesar Grodin em 11/04/2019, teve parecer pugnando pela sua **rejeição** aprovado em 25/04/2019.

Prosseguindo em sua tramitação, foi regularmente distribuído à **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário**, na pessoa do Relator, Vereador Fernando Luiz em 26/04/2019, cujo parecer exarado pugnou pela **aprovação** foi aprovado em 23/05/2019.

Por derradeiro, recebi o presente Projeto de Lei, em 27/05/2019, na qualidade de seu Relator, para exarar parecer da **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**, nos termos do Art. 52, III, alínea “b”, “c” e “g” do Regimento Interno desta casa legislativa.

Eis o necessário relato.

1. FUNDAMENTAÇÃO

Trata a espécie de Projeto de Lei 703/2019, de autoria do Vereador Jair di Gregório, que, em sua justificativa asseverou:



“O presente projeto de lei tem o objetivo de instituir o Auxílio de Transporte Escolar Universitário para todos os estudantes do município de Belo Horizonte que estejam enquadrados nas hipóteses que menciona. Trata-se de um benefício onde os estudantes receberão a cada ano letivo cartões eletrônicos contendo créditos e poderão utilizar no deslocamento para as unidades escolares.”

De fato, é louvável a iniciativa do ilustre Ver. Jair di Gregório, notadamente porque visa estender ao munícipe belorizontino que seja estudante universitário, os benefícios da Lei 10.106/11, que concede auxílio para transporte escolar aos estudantes do ensino médio, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino situados no âmbito do Município.

É notório que a iniciativa ancora-se em uma questão legítima, isto é, na preocupação de se estimular o estudo universitário, notadamente junto àqueles que, hipossuficientes, não possuem sequer condições financeiras para se deslocarem aos estabelecimentos de ensino superior..

Enfim, não restam dúvidas quanto à notabilidade do intuito do Ilustre Vereador quando da elaboração do presente PL, entretanto, não se pode perder de vista o inafastável dever desta comissão de exarar parecer sobre o projeto de lei em comento **com estrita observância ao disposto no Art. 52, III, B, C e G do Regimento Interno** desta casa legislativa, o qual pedimos *vênia* para transcrever:

Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:

(...)

III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais;

b) repercussão financeira das proposições;

c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

d) fiscalização da aplicação dos recursos públicos e acompanhamento do cumprimento do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

e) normas pertinentes ao direito tributário municipal;

f) matéria financeira em geral e contratação e fiscalização da dívida pública;

g) atuação do poder público na atividade econômica;

h) tomada de contas do prefeito e da Mesa;



Inicialmente, no que tange à **repercussão financeira da proposição**, mister delimitarmos que, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – ocorrerá a repercussão financeira sempre que uma ação venha promover, entre outros, a geração de custos ou a renúncia de receitas que impactem no erário.

Isto posto, o projeto de lei em comento de fato repercutirá financeiramente ao município, notadamente por gerar custos ao município na compra de créditos para utilização no serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus.

Ocorre que, uma vez constatada a repercussão financeira, deve estar o projeto devidamente lastreado pelas legislações que regulamentam os impactos no erário, a saber, a **Lei de Responsabilidade Fiscal, o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual**.

Frisa-se que, nos termos do Art. 16 da já mencionada Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado **da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; bem como da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias senão, veja-se:**

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Ora, nobres pares, se de fato houve a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, nos termos dispostos no Art. 16, inciso I, da Lei Complementar 101/2000,



ou ainda se tal projeto chegou ao conhecimento do ordenador da despesa competente para atestar que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, **tais documentos não foram carreados aos presentes autos, prejudicando absolutamente sua sanção sem implicar a admissão de vícios graves e insanáveis aptos a ensejar sua posterior declaração de inconstitucionalidade.**

Note-se que, havendo a ausência de tais peças fundamentais, qualquer geração de despesas é considerada não autorizada, irregulares e lesivas ao patrimônio público nos termos do art. 15 da Lei Complementar 101/2000.

Ademais, reitera-se, tais estudos e demonstrativos afiguram-se como peças necessárias não apenas à apreciação do presente projeto, mas principalmente afiguram-se como imprescindíveis para sua aprovação e sanção, sob pena de ser aprovar uma lei com irreparável vício de legalidade.

Restando o presente PL prejudicado ante ao descumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe-nos, apenas pela formalidade que a apreciação desta comissão invoca, a verificação de sua compatibilidade **com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual**, bem como os aspectos inerentes à atuação do poder público na atividade econômica.

No que tange à **compatibilidade da proposição com o Plano Diretor**, leia-se Lei 7.165/96, cumpre-nos salientar que tal dispositivo de lei compreende importante instrumento da política de desenvolvimento urbano, cujo objetivo maior é o desenvolvimento sustentado do Município de Belo Horizonte, tendo em vista suas aspirações enquanto coletividade e o cumprimento das funções sociais da propriedade para o bem-estar dos munícipes.

Não se observa, dentre todas as suas disposições, elementos ou normas capazes de obstar o prosseguimento do presente PL, sobretudo em se considerando o disposto em seu Art. 2º, cujo texto expressa que *a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo o ordenamento do Município e o cumprimento das funções sociais da propriedade, assegurando o bem-estar dos munícipes.*

Entretanto, no que tange à **compatibilidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual**, temos que o presente projeto de Lei encontra-se novamente em desconformidade com as disposições dos citados dispositivos.



É que a Lei 11.130/18 ou **Lei de Diretrizes Orçamentárias** trata expressamente da matéria objeto do presente projeto de lei em seu Art. 9º, conforme pedimos vênia para sua transcrição:

*“Art. 9º - Fica **proibida a fixação de despesa sem que esteja definida a origem da fonte de recurso** correspondente e legalmente instituída a unidade executora; (GRIFO NOSSO)*

Observa-se que a LDO não permite a criação de qualquer despesas sem que haja a nítida demonstração da origem da fonte de recursos, bem como a unidade executora.

Nota-se que o legislador **cuidou em resguardar a possibilidade da propositura de lei com o intuito de aperfeiçoar a legislação atinente ao auxílio de transporte escolar para estudantes do município**, mas tal comando legal deve ser lido e cotejado com a Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente com os dispositivos que tratam de criação de despesas, nos quais restam inequivocamente expressadas a necessidade de tais despesas estarem acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, bem como da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Em verdade, Excelências, **nenhum das observâncias necessárias à criação de uma lei que promova a criação de despesas foram observadas**, tornando o presente Projeto de Lei absolutamente inviável do ponto de vista legal, sendo certo que sua futura aprovação e sanção certamente induziria o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade e, após o devido processo legal, invariavelmente, a sua declaração como inconstitucional.

Havendo a ausência de tais peças fundamentais, qualquer geração de despesas é considerada não autorizada, irregulares e lesivas ao patrimônio público nos termos do art. 15 da Lei Complementar 101/2000.

Restando o presente PL prejudicado ante ao descumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e LDO, não obstante ser louvável a iniciativa do nobre Ver. Jair di Gregório, não pode esta comissão afastar-se de suas incumbências regimentais, tampouco da competência que lhe é conferida pelo



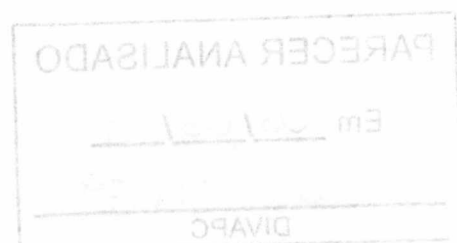
referido diploma legal, tendo como dever a apreciação dos projetos de lei a si submetidos com estrita observância do disposto no Art. 52, III, b, c e g do Regimento Interno.

2. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, meu parecer e voto é pela **REJEIÇÃO** do **Projeto de Lei 703/2019**.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2019.


Vereador Jorge Santos
Líder do PRB





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROJETO DE LEI Nº 704/2019

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PARECER EM 1º TURNO

Relatório

Os nobres colegas **Vereadores Fernando Borja, Arnaldo Godoy, Autair Gomes, César Gordin, Coronel Piccinini, Dr. Nilton, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Fernando Luiz, Flávio dos Santos, Juninho Los Hermanos, Maninho Félix, Pedrão do Depósito, Pedro Patrus, Reinaldo Gomes, Wesley da Autoescola e vereadora Marilda Portela** apresentaram o projeto de lei nº 704/2019 que *“Dispõe sobre a destinação final e a disposição final dos resíduos sólidos e rejeitos da mineração de Belo Horizonte/MG e dá outras providências”*.

A Comissão de Legislação e Justiça perdeu prazo por falta de quórum.

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana não emitiu parecer.

A Comissão de Saúde e Saneamento não emitiu parecer.

Designado relator para a matéria, conforme os termos do art. 52, III, “b”, “c” e “g” do Regimento interno desta Câmara, para as devidas considerações.

Fundamentação

A respeito da competência desta comissão, a matéria em comento deve passar pelo nosso crivo, conforme estabelece artigo 52, III, “b”, “c” e “g”, do Regimento Interno desta casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:

III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:

b) repercussão financeira das proposições;

c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual:

Atento ao que compete esta comissão passo a analisar a propositura.

A proposta apresentada pelos nobres vereadores, apesar de salutar, trará impacto orçamentário e financeiro com a aprovação deste projeto, na medida em que deverá ser criado um corpo técnico fiscalizador, bem como não há apontamento da compatibilidade com o plano diretor, plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias e com o orçamento anual, visto que os nobres colegas, no momento da propositura do projeto, não apontaram com exatidão a fonte de custeio.

Por fim, no que tange a análise da atuação do poder público na atividade econômica, o artigo 173, caput, e §4º, da CF, tem de ser interpretado conjugadamente com o art. 170, IV e parágrafo único, pois a exploração de atividades econômicas cabe, via de regra, à iniciativa privada, um dos postulados fundamentais do regime capitalista. Dessa forma, a possibilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que a Constituição admitiu no art.173 há de ser considerada como tendo caráter excepcional.

Por isso é que o próprio texto estabeleceu os limites que ensejariam essa forma de atuar do Estado.

Por derradeiro, não é difícil perceber que a leitura do texto indica claramente que a regra é que o Estado não explore atividades econômicas, podendo fazê-lo, contudo, em caráter especial, quando estiverem presentes os pressupostos nele consignados.

Segundo Hely Lopes Meirelles:

Atuar é intervir na iniciativa privada. Por isso mesmo, a atuação estatal só se justifica como exceção à liberdade individual, nos casos expressamente permitidos pela Constituição e na forma que a lei estabelecer. O modo de atuação pode variar segundo o objeto, o motivo e o interesse público a amparar. Tal interferência pode ir desde a repressão a abuso do poder econômico até as medidas mais atenuadas de controle do abastecimento e de tabelamento de preços, sem excluir outras formas que o Poder Público julgar adequadas em cada caso particular. O essencial é que as medidas interventivas estejam previstas em lei e sejam executadas pela União ou por seus delegados legalmente autorizados." MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 672-673.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Isto posto, verificadas as razões no que compete esta Comissão, há óbices para sua aprovação, conforme legislação municipal, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Portanto, vislumbro impedimento a aceitação desse Projeto, concluindo pela **rejeição da proposta**, nos termos do artigo 52, III, "b", "c" e "g" do Regimento Interno desta casa.

Conclusão

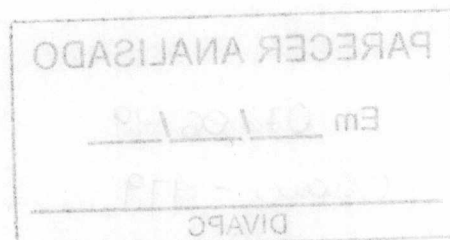
Diante do exposto, Senhores Pares, voto pela **rejeição do projeto de lei nº 704/2019**.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2019.

ORLEI

VEREADOR DE BELO HORIZONTE

AVANTE





PROJETO DE LEI Nº 705/2019

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

PARECER EM 1º TURNO

Relatório

O Projeto de Lei nº 705/2019, que *"Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, e dá outras providências"*.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação e Justiça, sucedendo a perda de prazo do referido projeto por não haver quorum para a reunião. Distribuído o PL para a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, não houve apreciação do parecer, pois não existiu designação de relator dentro do prazo da Comissão. Na Comissão de Saúde e Saneamento, o vereador Catatau emitiu parecer pela aprovação do PL 705/2019.

Nos termos do Regimento Interno, fui designada, em 27/05/2019, como Relatora.

Tudo examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.



Fundamentação

Primeiramente, cumpre salientar que cabe à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas o exame das proposições nos exatos termos do art. 52, inciso III, alíneas “b” e “c” do Regimento Interno desta Câmara, avaliar os aspectos da repercussão financeira do projeto e sua compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município de Belo Horizonte.

Da Repercussão Financeira da Proposição:

A proposição objeto de relato, objetiva garantir de forma preservativa que nossa estrutura para coleta e condução das águas das chuvas seja desenvolvida, por meio de reserva de área permeável, para proporcionar sem impactos e consequências a infiltração das águas.

Após análise do projeto, resta que o mesmo não trará repercussão financeira ao município. Como não se vislumbra óbices orçamentários e financeiros e incompatibilização com o plano diretor, o plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual encaminho para a seguinte conclusão.

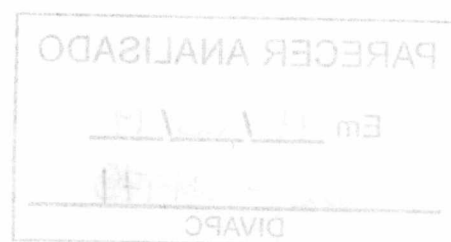


2 – CONCLUSÃO:

Ante o exposto, senhores Membros da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, opino pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 705/2019.**

Belo Horizonte, 05 de Junho de 2019.


MARILDA PORTELA
VEREADORA PRB





PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 714/2019
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS
VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 714/2019 de autoria do nobre Vereador Pedro Bueno, que “***Dispõe sobre a cassação dos alvarás de funcionamento de ferro-velho ou congêneres que comercializem cabos e fios de cobre sem origem lícita comprovada.***”

O referido projeto foi encaminhado às **Comissões de Legislação e Justiça**, de **Administração Pública**, de **Meio Ambiente e Política Urbana** e a esta **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**, nos termos regimentais como se depreende do despacho de recebimento constante às fls. 12 dos autos da proposição em análise.

A **Comissão de Legislação e Justiça** perdeu o prazo para apreciação do parecer, conforme se verifica às fls. 14.

Na **Comissão de Administração Pública** recebeu o parecer pela **aprovação**, conforme fls. 22-24.

Na **Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana** recebeu o parecer pela **aprovação**, conforme fls. 26-27.

Seguindo o trâmite legislativo, coube a esta **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas** nos termos do art. 52, III, "b" e "c" do Regimento Interno, avaliar os aspectos da *repercussão financeira do projeto* e sua *compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual* do Município de Belo Horizonte.

CHBH_DIRLEG-14/jun/19-15:37:26-005419-1



Passo a emitir o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 714/2019 objetiva a cassação do alvará de funcionamento de ferros-velhos e estabelecimentos congêneres que comercializem cabos e fios de cobre que não tenham sua procedência lícita devidamente comprovada.

Em suma, o Autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“É recorrente o cenário de interrupção do fornecimento do serviço de telecomunicações e internet banda larga móvel e fixa a comunidades inteiras, simultaneamente, devido ao furto constante de cabos, componentes de infraestrutura (Baterias, Retificadores de Energia AC), elementos de rede e equipamentos de estações das operadoras de telefonia móvel ou fixa, e de pequenos provedores regionais, ocasionando diversos tipos de transtornos decorrentes da impossibilidade de comunicação por voz ou dados, tanto dos cidadãos comuns quanto dos órgãos públicos e de utilidade pública, como hospitais.

Em vista disso e para minimizar o potencial dano à sociedade decorrente da interrupção de serviços de extrema relevância, sugerimos aprimorar as já existentes repressões legais para essas condutas ilícitas, tornando-as compatíveis com o dano causado, com a finalidade de atenuar a ocorrência desses crimes.



Contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação das medidas acima elencadas.”

Entretanto, não cumpre a esta Comissão adentrar no mérito do presente PL por tratar-se de questão que envolve a análise das demais comissões temáticas desta casa, assim, vamos nos ater a análise dos requisitos objetivos próprios desta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

1.1) Da Repercussão Financeira; (art. 52, III, b)

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gere custos ao erário ou implique em renúncia de receitas.

Em análise ao Projeto não verificamos a ocorrência de nenhuma das situações elencadas nos artigos 14, 15 e 16 da LRF. Desta forma, tendo em vista as instruções constantes na legislação tributária atinentes à administração pública e ao conteúdo do Projeto, temos que o PL 714/2019 **não contraria os requisitos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e não traz repercussão financeira às finanças do Município.**

1.2) Da compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual; (art. 52, III, c)

No que tange ao **Plano Diretor**, temos que atualmente o mesmo é regulado pela Lei Municipal nº 7.165/1996. Conforme definição contida no próprio artigo 1º, temos que ele é:

Art. 1º - O Plano Diretor do Município de Belo Horizonte é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano - sob o



aspecto físico, social, econômico e administrativo, objetivando o desenvolvimento sustentado do Município, tendo em vista as aspirações da coletividade - e de orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada.

Tendo por base essas premissas, ***temos que o Projeto de Lei 714/2019 é compatível com Plano Diretor.***

O **Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG**, é um instrumento legal normatizador do planejamento de médio prazo da esfera pública, que explica diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidas, **definindo quantitativamente recursos necessários para sua implementação.**

Cada dotação orçamentária presente no PPAG tem como destinatário um programa, um conjunto de ações específicas, sendo que o valor definido em cada dotação vislumbra os custos necessários para sua implementação.

Conforme mencionado no tópico 1.1, o Projeto não gera custos ao erário e nem implica em renúncia de receitas, ou seja, não necessita de previsão orçamentária para sua implementação.

Nestes termos, não há de se falar em incompatibilidade do Projeto de Lei 714/2019 com o Plano Plurianual de Ação Governamental.

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO**, estabelece quais serão as prioridades de investimento do governo para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que se pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; além de estabelecer orientações para



elaboração do orçamento anual. Daí a necessidade dos Projetos de Lei em trâmite nessa casa estarem em consonância com a LDO.

Temos que atualmente a LDO é disciplinada pela Lei 11.130/2018 e dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do ano de 2019. Assim, cumpre analisarmos a referida Lei para verificar a compatibilidade do PL 714/2019 com a mesma.

Nestes termos, concluímos que o PL 714/2019 **é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).**

A **Lei Orçamentária Anual - LOA**, define a origem, o montante e o destino dos recursos a serem utilizados no Município. Ela traz a previsão da receita, que representa os recursos dos tributos, dos empréstimos e de outras fontes, que devem ser arrecadados durante o ano e fixa esse mesmo valor como teto para as despesas que poderão ser executadas pelo governo.

A LOA/2019 é disciplinada pela Lei 11.145/18.

Temos que a LOA deve ser **elaborada de acordo com o PPAG e com a LDO, devendo estar em consonância com as mesmas.**

Conforme anotado anteriormente, o Projeto de Lei 714/2019 não apresenta quaisquer incompatibilidades com o PPAG nem com a LDO.

Nestes termos, o PL 714/2019 também apresenta-se **compatível com o orçamento anual.**



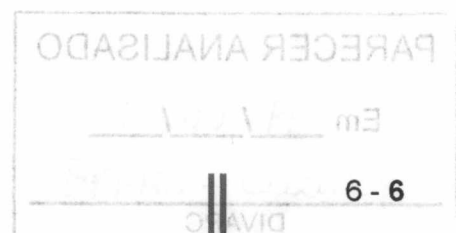
2) CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela **aprovação** do **Projeto de Lei nº 714/2019**.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2019.


Vereador Jorge Santos

Relator





Ofício SMFA/EXTER nº 009/2019

Belo Horizonte, 27 de maio de 2019.

Assunto: Ofício Dirleg nº 1.970/19 – Requerimento de Comissão nº 598/19.

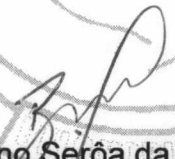
Senhora Presidente,

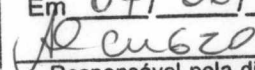
Acusamos o recebimento do Ofício acima citado, por meio do qual, V.Sa. informa a aprovação do Requerimento de Comissão nº 598/19, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves, que solicita informações sobre as obras do campinho de futebol do Ubirajara, no bairro Zilah Spósito.

Em atendimento, informamos que o mesmo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social – SMAICS, responsável pelas demandas parlamentares, sugerindo o envio do referido Requerimento à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI, tendo em vista que o assunto em questão é de competência daquela Secretaria.

À disposição para outros esclarecimentos necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Breno Serôa da Motta
Chefe de Gabinete
Secretaria Municipal de Fazenda

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 07/06/19

Responsável pela distribuição

Ilm^a. Sr^a.

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte